

Pacote de Funaro

Economia

116
21/4/87, TERÇA-FEIRA • 7

prevê novos aumentos

O pacote, que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, entrega ao presidente José Sarney, hoje, não é doce: aumento nas tarifas de energia elétrica para os usuários entre 50 e 60 por cento; aumentos mensais dos preços dos combustíveis (gasolina, álcool, gás de cozinha, óleo diesel e outros), com base no índice de inflação mensal, acrescidos de 6 por cento sobre os 30,97 por cento decretados este mês para compensar as perdas que a Petrobrás sofreu com o preço do petróleo internacional, sendo processado a um preço abaixo dos custos de produção.

O governo deve anunciar, ainda, um pacote para a área da política monetária, com a concessão de linhas de crédito para investimentos das pequenas e médias empresas, no valor de Cr\$ 20 milhões, a definição de juros agrícolas, regulamentação de financiamentos para a exportação, um problema já decidido pelo Conselho de Comércio Exterior. Além disto, o estabelecimento de um percentual fixo de cobrança de "spread" bancário, que não terá uma faixa flexível. A taxa de intermediação, ou a diferença entre o que é captado pelo banco e o que é liberado para novos empréstimos, terá um percentual fixo acima da fabricação das Letras do Banco Central.

A nova política de preços anunciada pelo governo no dia 2 de abril e os aumentos decretados para os combustíveis e agora para a energia elétrica vão provocar, obrigatoriamente, uma aceleração inflacionária em abril e maio. Esta política será impulsionada pelo aumento dos preços de fornecimento de energia para o setor de aços, movido pelos combustíveis.

O governo, para manter o nível de atividades no setor industrial, está contan-

do com um importante componente. A queda na taxa de juros, que faria com que os investidores se dispusessem a sair da inércia. A estratégia do governo tem se voltado no sentido de incentivar a redução dos juros no mercado, incentivando a liquidez, colocando mais dinheiro no mercado.

Tabelamento

Para isto, já tomou algumas providências, mas não aceita ainda a pregação do seu principal partido de apoio político, o PMDB, que quer de qualquer maneira o tabelamento. Isto só deverá ocorrer quando os juros chegarem a níveis mais baixos, porque no entender dos dois advogados comandantes de decisões do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Beluzzo, e João Manoel, inspiradores da política do ministro Dilson Funaro, não se congela juros enquanto eles estão altos, sob o risco de se tornar uma medida inócuca. As taxas já caíram de 30 para 19 por cento, mas o governo espera que elas caiam para 14 por cento.

As taxas de juros, porém, vão depender assencialmente das possibilidades do governo em permitir importações. "Um país que não tem reservas como o Brasil, reservas altas para que possa importar como outras nações, tem que fazer mudanças na sua economia quando surge o problema cambial. Deve adotar medidas mais fortes das que necessariamente precisam ser feitas em outras nações. Se o Brasil pudesse importar, as correções do Plano Cruzado II seriam muito menores. Com a explosão dos preços em janeiro e fevereiro, os empresários falando em desobediência civil, rejeitando o congelamento, todos querendo reajustar preços, a única forma de o governo segurar isto foi com medidas monetárias", diz o ministro da Fazenda.